

Grupo Econômico Balbo

**Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	5
Balancos patrimoniais combinados	9
Demonstrações combinadas de resultados	10
Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes	11
Demonstrações combinadas das mutações no investimento líquido do controlador	12
Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas	14

Relatório da Administração

A administração das companhias combinadas do Grupo Econômico Balbo por controle comum, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras combinadas que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, do investimento líquido do controlador e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de março de 2026, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2026 foi caracterizado por um período de baixo crescimento do PIB, alta volatilidade cambial e inflação persistente. Durante o exercício encerrado em 2026, a taxa básica de juros foi mantida em nível elevado, aumento das incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente devido às mudanças na política comercial do governo norte americano, a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito no oriente médio entre os Estados Unidos, Israel e Irã, que afetaram significante os preços do Petróleo no mercado Mundial.

Reforma tributária

Aprovada no ano de 2023, através da Emenda Constitucional nº 132/2023, a reforma tributária busca trazer simplificação do sistema tributário do país, com a instituição do IVA Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de competência Estadual e Municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de competência Federal. O IVA Dual substituirá os atuais tributos ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Outro tributo que passará a ser cobrado é o Imposto Seletivo (IS) de competência Federal. Mas até a total aplicação da reforma, um longo caminho se dará: o chamado período de transição, cujos efeitos se darão até o ano de 2033, período em que coexistirão as duas formas de tributação.

No mês de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispôs principalmente sobre a criação do Comitê Gestor do IBS, formado por representantes dos Estados e dos Municípios, o qual será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição de receitas e uniformização da legislação pertinente ao IBSD.

Importante salientar que estas alterações relativas a reforma tributária não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2026.

Por meio de seu comitê tributário (interno) e de seus assessores jurídicos, a Companhia vem monitorando as publicações legais e regulamentares relacionadas à Reforma Tributária no sentido de avaliar os impactos desta ao longo da Safra 26/27.

Contexto do Grupo Econômico

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas, industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício, tivemos uma redução de 6,57% na moagem de cana-de-açúcar e consequentemente redução de 11,10% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Os efeitos climáticos adversos de 2024, que incluíram deficiência hídrica de 400 a 500 milímetros nas regiões canavieiras e incêndios que atingiram 665 mil hectares de cana no Estado de São Paulo, reduzindo a produtividade agrícola. Os canaviais da Companhia foram severamente afetados pelos incêndios ocorridos no mês de agosto de 2024 no Estado de São Paulo, ocasionado reflexos negativos na produtividade, o que demandou investimentos adicionais na recuperação do canavial

No ano-safra 2025/26 (abril/2025 a março/2026), o mercado sucroenergético brasileiro e global atravessou uma inflexão de ciclo marcada pela transição de déficit para superávit. O balanço global de açúcar reverteu de um déficit de aproximadamente 4,2 milhões de toneladas em 2024/25 para um excedente projetado em cerca de 2,6 milhões de toneladas em 2025/26, refletindo a expectativa de aumento na oferta dos principais países produtores. Em função desta dinâmica, os preços do açúcar sofreram uma significativa redução, que combinada com a valorização da taxa de câmbio doméstica, geraram impacto relevante na receita. O mercado de etanol doméstico apresentou preços moderadamente superiores ao exercício anterior em função de uma oferta mais restrita, mas o aumento foi

insuficiente para sustentar as receitas em função da redução na produção. Estas condições, aliadas às descritas no contexto macroeconômico, tiveram impacto relevante no resultado do exercício findo em 31 de março de 2026.

Em relação a comercialização de produtos orgânicos, especialmente de açúcar orgânico, a safra encerrada foi influenciada pelas mudanças nas políticas tarifárias norte americanas, que combinada com a menor produção, trouxe impacto relevante nas receitas. Estes impactos foram parcialmente compensados pelo aumento na receita de etanol orgânico e outros produtos orgânicos, mostrando um resultado das operações consistente ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas do Grupo Econômico.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native, segmento de produtos orgânicos do Grupo Econômico Balbo, continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil e suas operações no mercado externo se mantiveram consistentes em relação ao exercício anterior. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de etanol orgânico neutro, energia elétrica e levedura destinada a ração animal, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais de 98% dos lotes existentes e em relação ao empreendimento Vila Messina, no Município de Cruz das Posses-SP, teve em março de 2026 o seu Termo de Verificação de Obras – TVO emitido pela Prefeitura Municipal aprovando o referido empreendimento e até esta data foram comercializados mais de 55% dos lotes existentes. Estamos avaliando outras oportunidades e realizando estudos de novos projetos na região.

Durante a safra 25/26, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (Cbios), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, mantendo o compromisso às certificações do programa.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos das Companhias Combinadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado ao Grupo Econômico Balbo acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo junto a nossa organização, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido e expansão de outros negócios nossa unidade industrial localizada no Estado de Minas Gerais.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que enfrentamos os vários desafios encontrados na safra 25/26 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, mercadológico e geopolítico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 30 de junho de 2026.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

**Aos Administradores e Acionistas do
Grupo Econômico Balbo**
Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. do “Grupo Econômico Balbo” (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações combinadas no investimento líquido do controlador e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, para o exercício findo em 31 de março de 2026, de acordo com a base de elaboração descrita na nota explicativa nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para demonstrar a posição e a performance financeira e os fluxos de caixa das entidades sob controle comum do Grupo, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório dos auditores

A administração do Grupo Econômico Balbo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras combinadas de acordo com a base de elaboração descrita na nota explicativa nº 3. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras das entidades da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo Econômico Balbo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo Econômico Balbo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Econômico Balbo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Econômico Balbo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Econômico Balbo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 30 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Grupo Econômico Balbo

Balancos patrimoniais combinados em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo e investimento líquido do controlador	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	756.608	653.084	Fornecedores	19	107.834	136.103
Contas a receber - Clientes	8	116.694	129.329	Empréstimos e financiamentos	20 a)	181.032	169.197
Contas a receber - Cooperativa	9	86.478	124.463	Debêntures	20 c)	6.831	22.210
Estoques	10	132.687	111.956	Notas comerciais	20 d)	6.594	5.332
Ativo biológico	11	119.186	141.580	Passivo de arrendamento	21	17.364	18.808
Adiantamentos a fornecedores	12	166.104	145.423	Impostos e contribuições a recolher	22	12.448	14.018
Instrumentos financeiros derivativos	25	16.837	29.108	Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.618	4.113
Impostos a recuperar	13 a)	109.228	102.154	Salários e contribuições sociais		59.752	52.412
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	13 b)	53.646	71.318	Demais passivos	23	45.611	38.887
Demais ativos		15.999	10.128				
Total do ativo circulante		1.573.467	1.518.543	Total do passivo circulante		440.084	461.080
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	20 a)	637.550	352.051
Contas a receber - Clientes	8	23.617	22.165	Financiamentos Cooperativa	20 b)	36.480	38.186
Contas a receber - Cooperativa	9	74.880	77.864	Debêntures	20 c)	197.348	65.070
Impostos a recuperar	13 a)	39.827	32.091	Notas comerciais	20 d)	150.000	150.000
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	13 b)	8.326	-	Passivo de arrendamento	21	9.991	26.850
Depósitos judiciais	14	417.151	375.792	Impostos e contribuições a recolher	22	14.599	11.137
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	13.552	1.175	Demais passivos	23	81.964	129.718
Demais ativos		641	281	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	63.124	61.168
		577.994	509.368	Provisão para contingências	24	391.764	353.045
Investimentos	17	130.339	116.192	Total do passivo não circulante		1.582.820	1.187.225
Imobilizado	18	1.708.004	1.483.654	Total do passivo		2.022.904	1.648.305
Intangível		20.983	18.967				
Direito de uso	21	31.926	52.198	Investimento líquido do controlador	27	2.019.809	2.050.617
Total do ativo não circulante		2.469.246	2.180.379	Total do passivo e investimento líquido do controlador		4.042.713	3.698.922
Total do ativo		4.042.713	3.698.922				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receita operacional líquida	28	1.748.898	1.961.533
Custos dos produtos vendidos	29	(1.403.526)	(1.507.500)
Valor justo do ativo biológico	11	<u>(104.574)</u>	<u>(87.666)</u>
Lucro bruto		240.798	366.367
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	30	(125.384)	(138.061)
Administrativas e gerais	30	(135.629)	(155.448)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	<u>39.298</u>	<u>21.820</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		19.083	94.678
Receitas financeiras	32	134.862	143.517
Despesas financeiras	32	(183.488)	(185.365)
Variação cambial, líquida	32	<u>(5.612)</u>	<u>10.693</u>
Resultado financeiro líquido	32	<u>(54.238)</u>	<u>(31.155)</u>
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(35.155)	63.523
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.074)	(22.163)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>10.421</u>	<u>77.779</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		<u><u>(30.808)</u></u>	<u><u>119.139</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(30.808)	119.139
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(30.808)</u>	<u>119.139</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas das mutações no investimento líquido do controlador

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Total</u>
Saldos em 31 de março de 2024	2.003.775
Distribuição de dividendos (nota 27 d)	(18.581)
Aquisição de ações de acionistas	(53.120)
Lucro líquido do exercício	119.139
Destinações:	
Dividendos obrigatórios (nota 27 d)	<u>(596)</u>
Saldos em 31 de março de 2025	<u>2.050.617</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(30.808)</u>
Saldos em 31 de março de 2026	<u>2.019.809</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) / lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(35.155)	63.523
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		358.005	267.136
Resultado na baixa de ativo imobilizado	31	(1.000)	(3.547)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	104.574	87.666
Reconhecimento estoque Cbios	31	-	9.544
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	11	141.580	177.755
Juros e variações cambiais provisionados	16	104.333	87.044
(Reversão) constituição de provisão para contingências	24	-	(1.088)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	32	6.151	7.643
(Reversão) constituição de provisão para estoques obsoletos	10	(230)	(38)
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	20.614	19.252
Receita de dividendos mensurados ao custo	31	(297)	(445)
Ganho por variação patrimonial de investida	31	(34.548)	(11.295)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		52.075	(112.999)
Estoques		(20.502)	(21.607)
Impostos a recuperar		7.973	144.898
Adiantamentos a fornecedores		(18.649)	(30.636)
Demais ativos		897	(21.834)
Depósitos judiciais		(2.640)	(84.156)
Instrumentos financeiros derivativos		6.197	(15.283)
Fornecedores		(28.269)	28.021
Salários e contribuições sociais		7.341	(6.978)
Impostos e contribuições a recolher		(10.947)	77.890
Demais passivos		(15.095)	18.226
		642.408	678.692
Juros pagos ou recebidos		(92.790)	(54.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.167)	(19.409)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>541.451</u>	<u>604.525</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	11	(223.760)	(229.246)
Aquisição de ativo imobilizado		(409.156)	(470.496)
Aquisição de ativo intangível		(2.381)	(898)
Aquisição de investimentos		(8.549)	-
Recebimento de dividendos		18.322	28.325
Recebimento venda de ações		8.071	-
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	31	11.402	5.412
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(606.051)</u>	<u>(666.903)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(20.233)	(22.066)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e Notas comerciais tomados	16	350.148	187.058
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e Notas comerciais - principal	16	(142.044)	(117.948)
Pagamento de dividendos		(531)	(19.462)
Pagamento de ações de acionistas	16	(19.216)	(18.112)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>168.124</u>	<u>9.470</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>103.524</u>	<u>(52.908)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		653.084	705.992
No fim do exercício	7	756.608	653.084
		<u>103.524</u>	<u>(52.908)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades do Grupo Econômico Balbo compreendem as operações das seguintes Companhias:

a. Investidoras

Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A.

As atividades das Companhias compreendem, basicamente, a produção e comércio de açúcar e etanol (convencionais e orgânicos), além da participação em outras empresas.

Aproximadamente 39% da cana-de-açúcar processada pela Usina Santo Antônio S.A. e 53% da Usina São Francisco S.A. são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento rural.

As Companhias são cooperadas da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol convencional nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado proporcional à produção entregue à Cooperativa e reconhecido contabilmente pelo cooperado através do Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1.986.

b. Investidas

Usina Uberaba S.A. – controlada em conjunto

A Usina Uberaba S.A., com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Usina Uberaba S.A. é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

Aproximadamente 65% da cana-de-açúcar processada é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda. - controlada

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

Agropecuária Iracema Ltda. - controlada

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A. – controlada em conjunto

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxitirato (PHB) e Polihidroxitirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (*Project Design Package*) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (*BIOCYCLE*) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração do PHB Industrial S.A., ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova *Joint Venture* com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Biowax S.A. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a produção, fabricação e a comercialização de cera vegetal proveniente da cana-de-açúcar e seus derivados, através da exploração de tecnologias patenteadas pelos seus acionistas, ou que vierem a ser desenvolvidas ou a ela licenciadas; o desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias; a prestação de serviços de consultoria para a obtenção de cera vegetal ou animal.

Biowax Tecnologia S.A. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a comercialização de tecnologias, podendo transferir, ceder, licenciar ou vender referidas tecnologias, bem como a participação em outras empresas exploradoras de tecnologias.

Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. – controlada

A Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., foi constituída em 01 de agosto de 2024, tem como atividade de *holding* sobre o ramo de empreendimentos imobiliários do Grupo Econômico Balbo. Seu capital social foi integralizado com base nas quotas das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. nas investidas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme saldos contábeis de 31 de julho de 2024, com isso a Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. passou a ser a controladora direta das respectivas investidas. As investidas são controladas em conjunto e têm como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis, a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração do Grupo Econômico Balbo acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras combinadas do exercício findo em 31 de março de 2026.

O Grupo Econômico Balbo seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

1.1 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes créditos de descarbonização (CBIOs) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

A comercialização dos créditos de descarbonização (CBIOs) é realizada através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional das Companhias combinadas, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes entidades combinadas:

	2026			2025		
	Percentual de participação			Percentual de participação		
	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total
Controladas diretas						
Agropecuária Iracema Ltda.	61,76%	38,22%	99,99%	61,75%	38,22%	99,97%
Native Produtos Orgânicos Com. Imp. e Exp. Ltda.	-	99,99%	99,99%	-	99,99%	99,99%
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	61,77%	38,23%	100%	61,77%	38,23%	100%
Controladas em conjunto com combinação proporcional						
PHB Industrial S.A.	25,00%	25,00%	50,00%	25,00%	25,00%	50,00%
Usina Uberaba S.A.	27,50%	27,50%	55,00%	27,50%	27,50%	55,00%
Biowax S.A.	70,00%	-	70,00%	70,00%	-	70,00%
Biowax Tecnologia S.A.	50,00%	-	50,00%	50,00%	-	50,00%

As demonstrações financeiras utilizadas como base para combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das Companhias combinadas e os saldos combinados do patrimônio líquido e do resultado do exercício correspondem aos saldos das controladoras, conforme abaixo:

31 de março de 2026

	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	534.567	1.356.710	(110.053)	(538.348)	(1.242.876)	(673)	893.789	(894.462)
Usina São Francisco S.A.	706.179	1.031.880	(246.186)	(709.991)	(781.882)	(30.135)	485.915	(516.050)
Usina Uberaba S.A. (Consolidado)	364.928	661.728	(109.947)	(335.560)	(581.149)	21.613	453.582	(431.969)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	670	12	(14)	(360)	(308)	(274)	-	(274)
PHB Industrial S.A.	1.219	12.573	(141)	(2.075)	(11.576)	(1.076)	1.474	(2.550)
Agropecuária Iracema S.A.	13.798	77.851	(36.280)	-	(55.369)	(17.986)	5.895	(23.881)
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Consolidado)	17.738	23.617	(3.097)	(13.653)	(24.605)	17.445	22.952	(5.507)
Total antes das eliminações	1.639.099	3.164.371	(505.718)	(1.599.987)	(2.697.765)	(11.086)	1.863.607	(1.874.693)
(-) Eliminações	(65.632)	(695.125)	65.634	17.167	677.956	(19.722)	(114.709)	94.987
Total após as eliminações	<u>1.573.467</u>	<u>2.469.246</u>	<u>(440.084)</u>	<u>(1.582.820)</u>	<u>(2.019.809)</u>	<u>(30.808)</u>	<u>1.748.898</u>	<u>(1.779.706)</u>

31 de março de 2025

	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	638.757	1.196.444	(141.112)	(450.540)	(1.243.549)	107.389	1.010.255	(902.866)
Usina São Francisco S.A.	619.255	967.735	(229.380)	(545.593)	(812.017)	11.750	631.025	(619.275)
Usina Uberaba S.A. (Consolidado)	328.488	532.380	(116.829)	(173.004)	(571.035)	44.468	443.833	(399.365)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	660	79	(56)	(100)	(583)	(259)	-	(259)
PHB Industrial S.A.	1.027	12.908	(188)	(4.100)	(9.647)	(535)	800	(1.335)
Agropecuária Iracema S.A.	12.534	67.449	(73.535)	-	(6.448)	(40.884)	8.081	(48.965)
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Consolidado)	18.182	22.165	(339)	(33.014)	(6.994)	58	37	21
Total antes das eliminações	1.618.903	2.799.160	(561.439)	(1.206.351)	(2.650.273)	121.987	2.094.031	(1.972.044)
(-) Eliminações	(100.360)	(619.956)	100.359	20.301	599.656	(2.848)	(132.498)	129.650
Total após as eliminações	<u>1.518.543</u>	<u>2.179.204</u>	<u>(461.080)</u>	<u>(1.186.050)</u>	<u>(2.050.617)</u>	<u>119.139</u>	<u>1.961.533</u>	<u>(1.842.394)</u>

As demonstrações contábeis da PHB Industrial S.A. e Usina Uberaba S.A., por se tratar de companhias controladas em conjunto, foram combinadas na respectiva proporção da participação do seu capital social. Os saldos que serviram de base para combinação estão assim representados:

PHB Industrial S.A.					
Ativos	2026	2025	Passivos e patrimônio líquido	2026	2025
Circulante	2.438	2.055	Circulante	281	377
Não circulante	-	355	Não circulante	4.150	8.200
Imobilizado, intangível e diferido	<u>25.146</u>	<u>25.461</u>	Patrimônio líquido	<u>23.153</u>	<u>19.294</u>
	<u>27.584</u>	<u>27.871</u>		<u>27.584</u>	<u>27.871</u>

Usina Uberaba S.A. (Consolidado)					
Ativos	2026	2025	Passivos e patrimônio líquido	2026	2025
Circulante	663.506	597.252	Circulante	199.904	212.416
Não circulante	45.612	59.056	Não circulante	610.109	314.555
Investimentos, imobilizado e diferido	<u>1.157.529</u>	<u>908.908</u>	Patrimônio líquido	<u>1.056.634</u>	<u>1.038.245</u>
	<u>1.866.647</u>	<u>1.565.216</u>		<u>1.866.647</u>	<u>1.565.216</u>

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo incluem: Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., referem-se em conjunto ao que denominamos Grupo Econômico Balbo, foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis materiais descritas na nota explicativa 4, as quais representam requerimentos de reconhecimento, classificação e mensuração baseadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas descritas no item (a) abaixo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Econômico Balbo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, essas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo de *performance* financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

a. Critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas

Demonstrações financeiras combinadas é um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. As Companhias combinadas utilizaram a definição de controle do CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum, e do CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, quando da avaliação da existência de controle em conjunto.

Nesse contexto, para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo os seguintes requerimentos foram cumpridos:

- As entidades sujeitas à combinação, citadas na nota explicativa 2, estão sob o controle comum de acordo com a definição de controle do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ou sob controle conjunto de acordo CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto;
- Os princípios do CPC 44 - Demonstrações Combinadas foram utilizados na combinação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo para as entidades sob controle comum;
- Os ativos e passivos, receitas e despesas e fluxos de caixa das entidades sob controle conjunto estão sendo apresentadas nas demonstrações financeiras combinadas na respectiva proporção da sua participação societária, o que difere dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos do CPC 19 (R2);
- Saldos e transações entre as empresas do Grupo Econômico Balbo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas Grupo Econômico Balbo foram eliminadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial foram eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Econômico Balbo na investida. Perdas não realizadas foram eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável; e
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

O Grupo Econômico Balbo elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais das companhias Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. para o exercício findo em 31 de março de 2026 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) apresentadas separadamente.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela administração em 30 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras combinadas.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na nota 4.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional das Companhias combinadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis das Companhias combinadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se as companhias combinadas têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4.4(iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 4.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 8** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda;
- **Nota 11** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e

- **Nota 24** - Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Ativo biológico; e
- **Nota 25** - Instrumentos financeiros.

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

4.1 Base de combinação

(i) Investimentos em controladas e sociedades controladas em conjunto (joint venture)

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras combinadas a partir da data em que o controle ou, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo Econômico Balbo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas, e os saldos contábeis estão sendo combinados na respectiva proporção da participação sobre o seu capital social.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo econômico na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das Companhias combinadas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

As Companhias combinadas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento*

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as Companhias combinadas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Capital social

Ações ordinárias nominativas das Companhias combinadas são classificadas como patrimônio líquido. As Companhias combinadas não possuem ações preferenciais.

(v) Dividendos

Os dividendos obrigatórios, conforme definidos em estatuto de cada uma das Companhias, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas das Companhias combinadas, em cada entidade individual.

4.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

As Companhias combinadas optaram por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração das Companhias combinadas realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pelas próprias Companhias combinadas incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas /despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo econômico obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	Entre 25 e 26 anos
Maquinismos, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	Entre 12 e 14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	Entre 8 e 16 anos
Móveis e utensílios	Entre 8 e 10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção)	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.5 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurado na data de corte.

4.6 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pelas Companhias combinadas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhias combinadas. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota 31).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pelas Companhias combinadas, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício as Companhias combinadas fazem a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, fazem o registro de *impairment*.

4.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

As Companhias combinadas avaliam a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, as Companhias combinadas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das Companhias combinadas, que não os ativos biológicos, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025, as Companhias combinadas não identificaram indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se as Companhias combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se as Companhias combinadas tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

4.11 Receita operacional

(i) *Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimadas de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção das Companhias combinadas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

(iii) *Venda de produtos - cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(iv) *Venda de produtos - comercialização de lotes*

As receitas provenientes da comercialização de lotes são reconhecidas mediante instrumentos de venda e compra, quando da transferência de controle e riscos dos lotes vendidos.

4.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real, exceto as Companhias combinadas Agropecuária Iracema Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., as quais optam, conforme facultado pela Lei nº9.430/96, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre o lucro pelo regime de “Lucro Presumido”, de acordo com a sistemática de cálculo estabelecida pela Leis nº8.981/95 e 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas.

Na determinação do imposto de renda correntes e diferidos as Companhias combinadas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. As Companhias combinadas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam as Companhias combinadas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção das Companhias combinadas e suas atividades industriais estão sujeitas às regulamentações ambientais. As Companhias combinadas diminuem o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. As Companhias combinadas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis, nos regulamentos em vigor.

As Companhias combinadas possuem certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, as Companhias combinadas recebem processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos.

Assim, buscam, além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

4.15 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo Econômico Balbo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, o Grupo Econômico Balbo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

O Grupo Econômico Balbo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (Nota 21).

O Grupo Econômico Balbo remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O Grupo Econômico Balbo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se as Companhias combinadas podem exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento das Companhias combinadas.

As Companhias combinadas reconhecem o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

As Companhias combinadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

4.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, o Grupo divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

As Companhias Combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. ingressaram em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável das Companhias combinadas, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas do Grupo, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS que está suportado no entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, aguardamos o julgamento do MS de forma definitiva para efetuarmos o levantamento dos valores envolvidos e posterior registro do direito.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

As Companhias combinadas também discutiram judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em mandado de segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A administração, em conjunto com assessores internos e externos, através de Pedido de Habilitação de Crédito Decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, perante a SRF, obteve despacho de deferimento do Pedido de Habilitação, nos termos do artigo 103, incisos de I a V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021. Destaca-se que o mero deferimento do Pedido ora deferido, não se constitui em reconhecimento do direito creditório pleiteado ou homologação da compensação pretendida. Após o deferimento do Pedido de Habilitação, a Administração avalia com assessores externos a escrituração dos créditos, e a possibilidade de compensação com tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

No entanto, quando da operacionalização dos Pedidos de Restituição, avaliou-se que na totalidade dos períodos que compreenderam o direito adquirido, conforme o Mandado de Segurança, as companhias apuraram saldo credor de PIS e COFINS, de modo que, os advogados da causa aconselharam a tão somente escriturar os créditos objeto do Pedido de Habilitação - procedimento que foi realizado. As Companhias combinadas aguardam eventual mudança na legislação e a publicação das normativas relacionadas à Reforma Tributária, no que se refere à utilização de saldo credor nos livros fiscais.

Além disto, as Companhias combinadas estão avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol. Em março de 2025 a Companhia ingressou com Ação de Protesto Judicial Interruptivo de Prescrição referente ao Etanol Ad Rem.

4.17 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que as Companhias combinadas irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As Companhias combinadas destinam o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de apurarem prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pelas Companhias combinadas estão divulgadas na nota 13(b) e nota 27c(iv) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

4.18 Mudanças nas políticas contábeis materiais

O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras combinadas em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis das Companhias combinadas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pelas Companhias combinadas, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital - *WACC*.

(ii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Companhias combinadas usam seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

6 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras combinadas.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso das Companhias combinadas 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas das Companhias combinadas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras combinadas, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Caixa e bancos	3.245	9.063
Aplicações financeiras	<u>753.363</u>	<u>644.021</u>
	<u>756.608</u>	<u>653.084</u>

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras do Grupo se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 103% do CDI (em 31 de março de 2025 a remuneração variava entre 100% e 105% do CDI).

A exposição do Grupo a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

8 Contas a receber - Clientes

	2026	2025
Contas a receber – mercado interno (i)	100.593	68.520
Contas a receber – mercado externo (i)	41.947	59.202
Contas a receber - venda de lotes (ii)	-	26.001
	142.540	153.723
(-) Provisão para perdas esperadas	(2.229)	(2.229)
	140.311	151.494
Circulante	116.694	129.329
Não circulante	23.617	22.165

- (i) Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria.
- (ii) Refere-se a venda de lotes da Companhia combinada Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

A exposição do Grupo a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive referente aos saldos que a Usina São Francisco S.A. tem a receber, os quais possuem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com esses saldos.

	2026	2025
Saldo inicial	(2.229)	(2.229)
(-) Constituição / Reversão de provisão	-	-
	(2.229)	(2.229)

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	2026	2025
A vencer		
até 30 dias	8.856	44.273
de 31 até 90 dias	79.890	49.344
de 91 até 180 dias	3.648	2.823
acima de 180 dias	27.830	26.396
	120.224	122.836
Vencidos		
até 30 dias	10.210	16.747
de 31 até 90 dias	5.238	4.547
de 91 até 180 dias	1.458	1.443
acima de 180 dias	5.410	8.150
	22.316	30.887
	142.540	153.723

9 Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção em relação às demais cooperadas.

A exposição do Grupo a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

10 Estoques

	2026	2025
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar cristal	15	133
Cbios	3.129	5.725
Produtos orgânicos		
Açúcar orgânico	51.532	20.334
Etanol orgânico	17.836	21.778
Outros produtos orgânicos	17.261	13.133
Levedura	6	-
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	42.908	50.853
	132.687	111.956

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	2026	2025
Saldo inicial	(1.603)	(1.641)
(-) Constituição / Reversão de provisão	230	38
	(1.373)	(1.603)

11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	2026	2025
Saldo inicial	141.580	177.755
Aumentos decorrentes de tratos culturais	223.760	229.246
Reduções decorrentes da amortização	(141.580)	(177.755)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>(104.574)</u>	<u>(87.666)</u>
Ativos biológicos no final do exercício	<u>119.186</u>	<u>141.580</u>

Para o atendimento do CPC 29 - Ativo biológico foi utilizado o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

Usina Santo Antônio S.A.	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	13.143	13.897
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	90,00	85,40
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	126,41	130,13
Valor do Kg de ATR	1,2590	1,3498
WACC (a.a.)	7,00%	7,04%
Usina São Francisco S.A.	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	9.458	8.559
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	83,04	64,70
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,74	139,52
Valor do Kg de ATR	1,4461	1,5353
WACC (a.a.)	6,39%	7,13%
Usina Uberaba S.A.	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	18.579	18.334
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	96,99	111,54
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	125,28	125,73
Valor do Kg de ATR	1,0816	1,1860
WACC (a.a.)	6,76%	6,45%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado das Companhias combinadas, o qual é revisado anualmente pela administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As Companhias combinadas estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

As Companhias combinadas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos. É feita a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.1) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, as Companhias combinadas têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. avaliaram o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 11.709 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 6.222 no valor justo do ativo biológico.

12 Adiantamentos a fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana e parceria agrícola	161.798	137.497
Fornecedores diversos	4.306	7.926
	166.104	145.423

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2026/2027.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – Consecana.

13 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	2026	2025
ICMS – saldo credor corrente	20.450	16.082
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (i)	32.627	28.618
PIS e COFINS (ii)	58.513	65.435
IRRF	28.440	15.133
IPI	7.550	7.159
Outros	1.475	1.818
	149.055	134.245
Circulante	109.228	102.154
Não circulante	39.827	32.091

- (i) A Companhia combinada Usina Uberaba S.A., por aprovação unânime do seu Conselho Administrativo, aprovou um plano de expansão de suas operações, que envolveu a aquisição de novos equipamentos industriais e veículos agrícolas. Ao adquirir estes bens, creditou-se do valor do ICMS destacado na nota fiscal (direito), os quais serão utilizados para compensação de débitos futuros da mesma natureza.

- (ii) O saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuíram para o saldo credor foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.

b. Imposto de renda e contribuição social saldo negativo

	2026	2025
IR / CS saldo negativo (i)	61.972	71.318
Circulante	53.646	71.318
Não circulante	8.326	-

- (i) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14, que basicamente dispõe que benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pelo Grupo. Nesse exercício, o Grupo obteve recebimentos efetivos no valor de R\$ 19.727 (principal + juros), havendo ainda saldo a receber (em 31 de março de 2025, R\$ 189.653 (principal + juros)).

14 Depósitos judiciais

	2026	2025
Verba indenizatória ação de preços (i)	389.265	350.546
Outros	27.886	25.246
	417.151	375.792

- (i) O Grupo efetuou depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida, mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 24.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

O Grupo possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

	2024	Reconhecidos no resultado	2025	Reconhecidos no resultado	2026
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	13.040	49.769	62.809	41.648	104.457
Base negativa da contribuição social	4.683	17.917	22.600	14.993	37.593
Ativo biológico - CPC 29	3.940	25.867	29.807	5.748	35.555
Provisão para contingências	1.220	-	1.220	-	1.220
Provisão para perdas esperadas	792	-	792	-	792
Provisão para estoques obsoletos	442	-	442	-	442
	24.117	93.553	117.670	62.389	180.059
(-) Compensação	(24.117)		(116.495)		(166.507)
Saldo líquido	-		1.175		13.552
Passivo não circulante					
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(35.908)	890	(35.018)	439	(34.579)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(1.956)	(572)	(2.528)	669	(1.859)

	2024	Reconhecidos no resultado	2025	Reconhecidos no resultado	2026
Custo captação CPC 08 / CPC 20	-	-	-	(1.920)	(1.920)
Valor justo investimentos	(33.980)	(3.922)	(37.902)	(11.880)	(49.782)
Depreciação acelerada incentivada	(89.699)	(12.187)	(101.886)	(39.337)	(141.223)
Outros	(346)	17	(329)	61	(268)
	<u>(161.889)</u>	<u>(15.774)</u>	<u>(177.663)</u>	<u>(51.968)</u>	<u>(229.631)</u>
(-) Compensação	<u>24.117</u>		<u>116.495</u>		<u>166.507</u>
Saldo líquido	<u>(137.772)</u>	<u>77.779</u>	<u>(61.168)</u>	<u>10.421</u>	<u>(63.124)</u>

Período estimado de realização dos créditos tributários

Fundamentadas nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

Estima-se recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando da sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	2026	2025
Empréstimos e financiamentos Cooperativa	855.062	559.434
Debêntures	204.179	87.280
Notas comerciais	156.594	155.332
Passivo de arrendamento	27.355	45.658
Aquisições de ações de acionistas	<u>101.953</u>	<u>131.631</u>
Total da dívida	<u>1.345.143</u>	<u>979.335</u>
Caixa e equivalente de caixa	<u>(756.608)</u>	<u>(653.084)</u>
Total da dívida líquida	<u>588.535</u>	<u>326.251</u>

	Empréstimos e financiamentos Cooperativa	Debêntures	Notas comerciais	Arrendamentos	Aquisições de ações	Total da dívida
Dívida em 31 de março de 2024	<u>626.658</u>	<u>82.909</u>	<u>-</u>	<u>48.881</u>	<u>89.733</u>	<u>848.181</u>
Movimentações que afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	37.058	-	150.000	11.867	53.120	252.045
Pagamentos – Principal	(117.948)	-	-	(22.066)	(18.112)	(158.126)
Pagamentos – Juros	(50.090)	(4.668)	-	-	-	(54.758)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	-	-	-	4.949	-	4.949
Juros provisionados	63.756	9.039	5.332	2.027	-	80.154
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	-	6.890	6.890
Dívida em 31 de março de 2025	<u>559.434</u>	<u>87.280</u>	<u>155.332</u>	<u>45.658</u>	<u>131.631</u>	<u>979.335</u>
Movimentações que afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições	350.148	-	-	-	-	350.148
Pagamentos - Principal	(142.044)	-	-	(20.233)	(19.216)	(181.493)
Pagamentos - Juros	(65.616)	(5.149)	(22.024)	-	-	(92.789)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	78.718	106.549	-	342	-	185.609
Juros provisionados	74.422	15.499	23.286	1.588	-	114.795
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	-	(10.462)	(10.462)
Dívida em 31 de março de 2026	<u>855.062</u>	<u>204.179</u>	<u>156.594</u>	<u>27.355</u>	<u>101.953</u>	<u>1.345.143</u>

17 Investimentos

	2026	2025
Copersucar S.A.	124.312	109.762
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	1.120	1.119
União São Paulo S.A.	556	556
Outros investimentos avaliados ao custo	<u>4.351</u>	<u>4.755</u>
	<u>130.339</u>	<u>116.192</u>

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2024	63.340	259.908	70.518	88.509	1.885	132.118	64.798	47.194	230.584	322.613	2.602	1.284.069
Adições	36	3.688	10.538	4.828	314	167.663	12.996	9.222	140.400	118.813	1.998	470.496
Alienações	(5)	(17)	(685)	(237)	-	-	-	(921)	-	-	(2.566)	(4.431)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(131.409)	-	-	-	-	-	(131.409)
Transferências	17.574	38.900	25.015	9.884	396	-	-	774	(92.543)	-	-	-
Depreciação	(3.797)	(26.773)	(11.805)	(18.518)	(485)	-	-	(4.037)	-	(69.656)	-	(135.071)
Saldo em 31 de março de 2025	77.148	275.706	93.581	84.466	2.110	168.372	77.794	52.232	278.441	371.770	2.034	1.483.654
Custo total	124.321	642.026	193.993	190.447	7.347	1.426.635	77.794	88.241	278.441	972.453	2.034	4.003.732
Depreciação acumulada	(47.173)	(366.320)	(100.412)	(105.981)	(5.237)	(1.258.263)	-	(36.009)	-	(600.683)	-	(2.520.078)
Valor residual	77.148	275.706	93.581	84.466	2.110	168.372	77.794	52.232	278.441	371.770	2.034	1.483.654
Saldo em 31 de março de 2025	77.148	275.706	93.581	84.466	2.110	168.372	77.794	52.232	278.441	371.770	2.034	1.483.654
Adições	11	4.599	3.441	6.551	497	206.628	10.400	5.122	114.065	165.133	77.977	594.424
Alienações	(16)	(398)	(396)	(922)	(2)	-	(7.950)	(15)	(704)	-	(2.032)	(12.435)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(194.291)	-	-	-	-	-	(194.291)
Transferências	27.346	140.516	19.622	23.023	879	-	-	5.250	(216.636)	-	-	-
Depreciação	(4.837)	(36.380)	(16.957)	(21.022)	(620)	-	-	(4.301)	-	(79.231)	-	(163.348)
Saldo em 31 de março de 2026	99.652	384.043	99.291	92.096	2.864	180.709	80.244	58.288	175.165	457.672	77.979	1.708.004
Custo total	151.662	786.743	216.660	219.099	8.721	1.633.263	80.244	98.598	175.165	1.137.586	77.979	4.585.721
Depreciação acumulada	(52.010)	(402.700)	(117.369)	(127.003)	(5.857)	(1.452.554)	-	(40.310)	-	(679.914)	-	(2.877.717)
Valor residual	99.652	384.043	99.291	92.096	2.864	180.709	80.244	58.288	175.165	457.672	77.979	1.708.004

Obras em andamento

Refere-se, substancialmente a investimentos de reparo e melhoria no Grupo, como: i) melhoria na fábrica de açúcar para ganho na eficiência da produção; ii) investimentos com o projeto de ampliação de moagem de uma das Companhias combinadas; iii) projeto de ampliação da produção de levedura de uma das Companhias combinadas; iv) construção de unidade de produção de bioinsumos para controle de pragas de uma das Companhias combinadas; v) construção da fábrica de açúcar de uma das Companhias combinadas; vi) reposição de frota agrícola, como aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar, caminhões, tratores, plantadoras, escavadeiras, entre outros, os quais entrarão em operação a partir da Safra 26/27.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2026, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 92.370 (R\$ 79.845 em 31 de março de 2025) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado das Companhias combinadas foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2026, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios das Companhias combinadas. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 4.4 (iii).

19 Fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana-de-açúcar	58.351	76.739
Fornecedores diversos	49.483	59.364
	<u>107.834</u>	<u>136.103</u>

A exposição aos riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 25.

20 Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo econômico a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 25.

a. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2026	2025
Nota de crédito de exportação (NCE)	R\$	01/2027	Juros de 1,45% a 2,20% a.a mais CDI	27.507	71.052
Cédula de crédito exportação (CCE)	R\$	09/2026	Juros de 1,83% a 3,16% a.a mais CDI	3.501	11.065
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros de 1,68% a.a mais CDI	4.404	8.786
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% e 6,56% a.a	201.892	1.931
Custeio	R\$	11/2029	Juros pré-fixados de 6% e 11,39% a.a	12.329	12.469
FINAME	R\$	11/2029	Juros pré-fixados entre 4% a 11,42% a.a	49.647	26.707
FINAME	R\$	12/2029	Juros de 3,86% a 4,76% a.a mais TLP	41.000	54.355
FINAME	R\$	05/2039	Juros de 1,82% a 3% a.a mais Selic	121.487	59.787
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	07/2033	Juros de 0,89% a 2,33% a.a mais CDI	263.695	149.196
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) (i)	R\$	07/2028	Juros de 6,2932% a.a. mais IPCA	93.120	125.900
				<u>818.582</u>	<u>521.248</u>
Circulante				181.032	169.197
Não circulante				637.550	352.051

(i) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está totalmente atrelado a IPCA + 6,2932% a.a. A operação está indexada a DI+ 2,47% a.a. via contrato de *Swap*.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2026	2025
Safra 26/27	-	129.021
Safra 27/28	165.039	75.845
Safra 28/29	142.424	52.691
Safra 29/30	122.513	50.131
Safra 30/31 a 35/36	207.574	44.363
	<u>637.550</u>	<u>352.051</u>

O Grupo tem algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias avais de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

b. Financiamentos Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	2026	2025
Repasse de recursos (Selic)	16.772	16.700
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	19.708	21.486
	<u>36.480</u>	<u>38.186</u>

c. Debêntures

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2026	2025
Debêntures (i)	R\$	11/2035	Juros de 5,55% e 8,20% a.a. mais IPCA	<u>207.630</u>	<u>87.280</u>
Custo de captação a amortizar				<u>(3.451)</u>	<u>-</u>
				<u>204.179</u>	<u>87.280</u>
Circulante				6.831	22.210
Não circulante				197.348	65.070

- (i) Em 20 de agosto de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, pela Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 70.000 remunerada a IPCA + 5,55% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"). As debêntures terão prazo de liquidação de 7 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de agosto de 2021, portanto, vencimento em 15 de agosto de 2028, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2025. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A operação está indexada a DI+ 1,50% a.a. via contrato de *Swap*. E em 07 de novembro de 2025, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático., pela Usina Uberaba S.A. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 200.000 remunerada a IPCA + 8,20% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"). As debêntures terão prazo de liquidação de 10 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de novembro de 2025, portanto, vencimento em 16 de novembro de 2032, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2032. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de maio de 2026. A operação está indexada a DI+ 0,58% a.a. via contrato de *Swap*.

d. Notas comerciais

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2026	2025
Notas comerciais (i)	R\$	12/2034	Juros de 1,2% a.a. mais CDI	<u>156.594</u>	<u>155.332</u>
				<u>156.594</u>	<u>155.332</u>
Circulante				6.594	5.332
Não circulante				150.000	150.000

- (i) Em 16 de dezembro de 2024, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, pela Companhia combinada Usina São Francisco S.A. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 150.000 remunerada a CDI + 1,20% a.a. A Garantia prestada foi fiança da Usina Santo Antônio S.A. e Agropecuária Iracema Ltda. As notas comerciais terão prazo de 10 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de dezembro de 2024, portanto, vencimento em 15 de dezembro de 2034, sendo as parcelas amortizadas anualmente, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2030. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de junho de 2025.

21 Passivo de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2026	2025
Saldos iniciais	52.198	66.501
Ajuste por remensuração	342	4.949
Despesa de depreciação	<u>(20.614)</u>	<u>(19.252)</u>
Saldos finais	<u>31.926</u>	<u>52.198</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2026	2025
Saldos iniciais	45.658	60.748
Ajuste por remensuração	342	4.633
Pagamentos	(20.233)	(22.065)
Juros provisionados	<u>1.588</u>	<u>2.342</u>
Saldos finais	<u>27.355</u>	<u>45.658</u>
Circulante	17.364	18.808
Não circulante	9.991	26.850

Divulgações adicionais

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.		
	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Usina Uberaba S.A.
02 anos	5,56%	5,56%	13,69%
03 anos	5,79%	5,79%	12,19%
04 anos	5,92%	-	10,41%

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

	2026	2025
Safra 2025/2026	-	18.841
Safra 2026/2027	17.364	18.841
Safra 2027/2028	3.621	3.686
Safra 2028/2029	2.980	9.280
Safra 2029/2030 em diante	6.300	-
	<u>30.265</u>	<u>50.648</u>
Valores não descontado		
Ajuste a valor presente	<u>(2.910)</u>	<u>(4.990)</u>
Saldos finais	<u>27.355</u>	<u>45.658</u>

22 Impostos e contribuições a recolher

	2026	2025
INSS a recolher	16.889	14.696
Outros impostos a recolher	10.158	10.459
	<u>27.047</u>	<u>25.155</u>
Circulante	12.448	14.018
Não circulante	14.599	11.137

23 Demais passivos

	2026	2025
Dividendos a pagar	995	1.692
Adiantamento de clientes	13.167	11.287
Aquisição de ações de acionistas (i)	101.953	131.631
Provisão parte crédito presumido ICMS	3.130	3.130
Resultados a realizar	-	17.165
Outros	8.330	3.700
	<u>127.575</u>	<u>168.605</u>
Circulante	45.611	38.887
Não circulante	81.964	129.718

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios das Companhias combinadas. Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Os valores são indexados pela variação do ATR Consecana divulgado ao final de cada safra. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para as Companhias combinadas nos termos definido na política de compra.

24 Provisão para contingências

	2026	2025
Trabalhistas	1.999	1.503
Tributárias (i)	389.265	350.546
Cíveis	13	509
Ambientais	487	487
	391.764	353.045

- (i) Constituiu-se provisão para contingências de natureza tributária referente aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida. O depósito judicial está evidenciado na nota 14.

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2024	2.831	279.213	13	487	282.544
Constituição de provisão	-	71.589	-	-	71.589
Valores não usados, estornados	(1.328)	(256)	496	-	(1.088)
Em 31 de março de 2025	1.503	350.546	509	487	353.045
Atualização de provisão	-	38.719	-	-	38.719
Valores não usados, estornados	496	-	(496)	-	-
Em 31 de março de 2026	1.999	389.265	13	487	391.764

Passivos contingentes

Há contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de março de 2025	12.423	109.196	16.022	13.159	150.800
Saldo em 31 de março de 2026	11.696	104.313	6.575	7.074	129.658

25 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e suas atividades. Por meio de treinamentos e procedimentos de gestão, buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de se incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa. Para os negócios de açúcar e álcool orgânico, levedura e energia elétrica, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras combinadas foi:

Ativos	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	7	756.608	653.084
Contas a receber – Clientes	8	140.311	151.494
Contas a receber - Cooperativa	9	161.358	202.327
Demais ativos		16.640	10.409
Instrumentos financeiros derivativos	25	16.837	29.108
		<u>1.091.754</u>	<u>1.046.422</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração relevante, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

O Grupo trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2026			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	107.834	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	223.663	449.148	339.267	260.067
Financiamentos - Cooperativa	-	36.480	-	-
Debêntures	16.902	36.559	173.252	210.618
Notas comerciais	22.554	42.505	236.903	-
Passivos de arrendamento	17.364	3.621	9.280	-
Demais passivos	32.444	32.263	39.837	9.834
	<u>420.761</u>	<u>600.606</u>	<u>798.539</u>	<u>480.519</u>
	2025			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	136.103	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	194.313	286.568	206.225	182.622
Financiamentos - Cooperativa	-	38.186	-	-
Debêntures	26.152	52.709	26.853	-
Notas comerciais	22.008	43.832	192.536	73.995
Passivos de arrendamento	18.841	18.841	12.966	-
Demais passivos	27.600	53.990	34.760	40.968
	<u>425.017</u>	<u>494.126</u>	<u>473.340</u>	<u>297.585</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras combinadas, conforme quadros abaixo:

	2026		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.245	753.363	753.363
Contas a receber - Clientes	140.311	-	-
Contas a receber - Cooperativa	161.358	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.837	16.837
Demais ativos	16.640	-	-
	<u>321.554</u>	<u>770.200</u>	<u>770.200</u>
Passivos			
Fornecedores	107.834	-	-
Empréstimos e financiamentos	818.582	-	791.560
Financiamentos - Cooperativa	36.480	-	-
Debêntures	204.179	-	215.618
Notas comerciais	156.594	-	164.973
Passivos de arrendamento	-	27.355	-
Demais passivos	114.408	-	-
	<u>1.438.077</u>	<u>27.355</u>	<u>1.172.151</u>
	2025		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9.063	644.021	644.021
Contas a receber - Clientes	151.494	-	-
Contas a receber - Cooperativa	202.327	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	29.108	29.108
Demais ativos	10.409	-	-
	<u>373.293</u>	<u>673.129</u>	<u>673.129</u>
Passivos			
Fornecedores	136.103	-	-
Empréstimos e financiamentos	521.248	-	453.598
Financiamentos - Cooperativa	38.186	-	-
Debêntures	87.280	-	82.934
Notas comerciais	155.332	-	164.207
Passivos de arrendamento	-	45.658	-
Demais passivos	157.318	-	-
	<u>1.095.467</u>	<u>45.658</u>	<u>700.739</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de produtos fabricados

As Companhias combinadas estão expostas ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar e etanol, convencionais e orgânicos. Em relação a *comodities* de açúcar, dada as condições de mercado (preço / oferta), a Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. pré-fixou o equivalente 2,50% da estimativa de produção da safra 26/27. Em relação à safra 27/28, não realizou fixações e mantém constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. Em relação ao etanol, as Companhias combinadas vêm acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 26/27.

Em relação ao açúcar orgânico, em parte dos recebimentos, a Companhia combinada Usina São Francisco S.A. opera com *hedge* de proteção cambial para o mercado externo. No mercado interno não há histórico de perda dos preços praticados. Em relação ao etanol orgânico, há uma demanda identificada e contratada, aliado ao monitoramento de aumento da demanda de álcool orgânico no mercado externo. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 26/27.

b. Perfil

Na data das demonstrações financeiras combinadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2026	2025
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	263.868	41.107
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	753.363	644.021
Passivos financeiros	935.710	739.454

c. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

O Grupo está exposto a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras combinadas são:

	Nota	2026	2025
Ativo			
Aplicações financeiras	7	753.363	644.021
Instrumentos financeiros derivativos ativo	25	16.837	29.108
Passivo			
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	20	(935.710)	(739.454)

Com base no saldo das aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais, efetuamos uma análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O cenário corresponde ao considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras combinadas.

	Exposição 2026	Risco	%	Provável valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	753.363	CDI	14,71%	110.820
Total dos ativos financeiros	<u>753.363</u>			<u>110.820</u>
Passivos financeiros				
Financiamentos - Finame	(41.000)	TLP	8,34%	(3.420)
Financiamentos - Finame	(121.487)	SELIC	16,66%	(20.245)
Financiamentos - Cooperativa	(16.772)	SELIC	14,75%	(2.474)
Financiamentos – NCE/CPRF/CCE/CCB	(299.107)	CDI	18,11%	(54.155)
Financiamentos – Debêntures / CRA	(300.750)	IPCA	5,37%	(16.141)
Notas comerciais	(156.594)	CDI	18,11%	(28.352)
Financiamentos – Derivativos	16.837	CDI	17,03%	2.867
Total dos passivos financeiros	<u>(918.873)</u>			<u>(121.920)</u>
Impacto no resultado e no investimento líquido do controlador				<u>(11.100)</u>

Fontes: As informações da Selic, TLP, CDI e IPCA foram extraídas dos sites do BNDES, B3, Anbima e Banco Central do Brasil.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2026, os valores de referência (*notional*) dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swap* vinculados, correspondiam a R\$ 300.750, (em 31 de março de 2025 correspondiam a R\$ 213.181).

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira de troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais *spread*. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2026, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 16.837 (em 31 de março de 2025 correspondiam a um direito de R\$ 29.108). Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2026, ao valor de R\$ 281.731 (em 31 de março de 2025 correspondia a R\$ 184.073).

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	2026		2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos <i>SWAP</i>	16.837	-	29.108	-
	16.837	-	29.108	-

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma despesa de R\$ 6.151 (em 31 de março de 2025 correspondia a uma despesa de R\$ 7.643).

Gerenciamento do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Uma das práticas da administração na gestão do seu endividamento com objetivo de melhorar as condições de captações é a utilização dos instrumentos financeiros derivativos.

A diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que as Companhias combinadas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira (inclui financiamentos Cooperativa) em 31 de março de 2026 e de 2025 podem ser assim sumarizados:

	2026	2025
(+) Empréstimos e financiamentos Cooperativa	855.062	559.434
(+) Debêntures	204.179	87.280
(+) Notas comerciais	156.594	155.332
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(756.608)	(653.084)
(+ / -) Instrumentos financeiros derivativos	(16.837)	(29.108)
(=) Dívida líquida (A)	442.390	119.854
Total do investimento líquido do controlador (B)	2.019.809	2.050.617
Total do capital (A + B)	2.462.199	2.170.471
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	18	6

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros do Grupo não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

26 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pela diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 17.575 (R\$ 20.974 em 31 de março de 2025). Não há concessão ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem adiantamentos para futuro aumento de capital, dividendos a pagar aos acionistas e aquisição de ações em tesouraria.

	2026	2025
Passivo circulante		
Fornecimento de cana-de-açúcar		
Acionistas	8.944	18.188
Dividendos a pagar (nota 23)		
Dividendos a pagar	995	1.693
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	1.320	1.320
Aquisição de ações de acionistas (nota 23)		
Acionistas	17.427	19.215
	28.686	40.416
Passivo não circulante		
Aquisição de ações de acionistas (nota 23)		
Acionistas	84.526	112.416
Compra de cana-de-açúcar		
Partes relacionadas	30.938	28.504

c. Contrato de fornecimento

- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencional junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.
- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. também são intervenientes garantidoras das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.
- A Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. possui contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Companhia combinada Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 27/28 realizado em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

27 Investimento líquido do controlador

No contexto das demonstrações financeiras combinadas, as rubricas que compõe o patrimônio líquido estão apresentadas em apenas um item denominado patrimônio líquido. Esta nomenclatura segue também nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

As informações desta nota são derivadas das informações financeiras da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A. (consolidado), Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. Dessa forma, conforme apresentado na nota 3, estas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo não representam as demonstrações financeiras individuais destas entidades.

a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em 25 de julho de 2025 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 112.586, decorrente de deliberação assemblear.

Em 26 de julho de 2024 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 356.666, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Até o exercício encerrado em 31 de março de 2026 foram adquiridas 293.765 ações da Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. e 114.719 ações da Companhia combinada Usina São Francisco S.A. de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”.

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2026 e 2025 não foram feitas reservas de lucros para aquisição de ações (nota 23).

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

(iv) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 13 (b), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2026 e 2025, as Companhias combinadas não constituíram reserva para incentivos fiscais.

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, em cada entidade individual.

Em assembleia dos acionistas realizada em 25 de julho de 2025 não foi deliberada distribuição de dividendos aos acionistas e na assembleia em 26 de julho de 2024, foi deliberado R\$ 18.581.

28 Receita operacional líquida

As receitas operacionais são compostas substancialmente pela venda de açúcar, açúcar orgânico, etanol, etanol orgânico, produtos orgânicos de varejo, energia elétrica, derivados de levedura, bagaço de cana-de-açúcar e prestação de serviços agrícolas, praticadas no mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2026	2025
Açúcar	434.256	541.468
Açúcar orgânico	270.220	370.497
Etanol	862.183	944.329
Etanol orgânico	121.574	97.459
Cbios	14.804	26.140
Outros produtos orgânicos	52.323	49.472
Derivados de levedura	26.263	19.790
Cana-de-açúcar	15.385	10.790
Energia elétrica	66.717	35.510
Venda de lotes	22.952	619
Serviços prestados	14.668	7.159
Bagaço da cana	3.517	3.478
Combustíveis e lubrificantes	1.510	2.276
Outras vendas	13.482	20.586
	<u>1.919.854</u>	<u>2.129.573</u>
Receita bruta		
(-) Impostos sobre vendas	(164.573)	(162.312)
(-) Devoluções e abatimentos	(6.383)	(5.728)
	<u>1.748.898</u>	<u>1.961.533</u>

29 Custo de produção

O custo de produção das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, prestação de serviços por terceiros, mão de obra e encargos sociais, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, produtos químicos e insumos, as quais em conjunto perfazem aproximadamente 99% do total do custo de produção dos produtos acabados.

30 Despesas operacionais por natureza

	2026	2025
Despesa com pessoal	(71.747)	(72.451)
Depreciação e amortização	(2.143)	(1.962)
Despesa com comercialização Cooperativa	(3.893)	(6.511)
Despesa com comercialização - orgânicos	(42.708)	(50.178)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(56.495)	(78.630)
ICMS Subst. Tributária e outras operações	(5.654)	(3.886)
Frete, carretos, transportes e armazenagem	(48.076)	(50.055)
Outras despesas	(30.297)	(29.836)
	<u>(261.013)</u>	<u>(293.509)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(125.384)	(138.061)
Administrativas e gerais	(135.629)	(155.448)
	<u>(261.013)</u>	<u>(293.509)</u>

31 Outras receitas operacionais, líquidas

	2026	2025
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	3.952	716
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	11.402	5.412
Dividendos	297	445
Ganho por variação patrimonial em investida (i)	34.548	11.295
Cbrios a negociar	-	9.544
Ressarcimentos de créditos tributários	201	2.546
Reembolso de sinistros	6.120	5.200
Outras receitas operacionais	<u>6.655</u>	<u>6.484</u>
	<u>63.175</u>	<u>41.642</u>
Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(6.998)	(9.817)
Custo na alienação de imobilizado	(10.402)	(1.865)
Estorno crédito ICMS CIAP	(1.994)	(3.384)
Outras despesas operacionais	<u>(4.485)</u>	<u>(4.756)</u>
	<u>(23.877)</u>	<u>(19.822)</u>
	<u><u>39.298</u></u>	<u><u>21.820</u></u>

- (i) O saldo refere-se substancialmente ao resultado reconhecido pelo Grupo em função da variação do patrimônio líquido da investida Copersucar S.A., refletindo o ajuste a valor justo da participação societária no período.

32 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	2026	2025
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	2.100	863
Juros aplicações financeiras	74.467	52.055
Atualização depósitos judiciais	38.720	71.589
Atualização de aquisição de ações	10.462	-
Juros demais operações e outros	9.113	19.010
	<u>134.862</u>	<u>143.517</u>
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(1.296)	(2.581)
Juros apropriados sobre financiamentos	(111.815)	(78.435)
Juros passivos de arrendamento	(1.588)	(2.027)
Atualização de aquisição de ações	-	(6.890)
Atualização provisão para contingências	(38.719)	(71.589)
Descontos concedidos e outros	(23.919)	(16.200)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	(6.151)	(7.643)
	<u>(183.488)</u>	<u>(185.365)</u>
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	<u>(5.612)</u>	<u>10.693</u>
	<u><u>(54.238)</u></u>	<u><u>(31.155)</u></u>

33 Compromissos

O Grupo estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras as Companhias combinadas têm o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol, levedura e energia elétrica. Em 31 de março de 2026, o volume desses compromissos totaliza aproximadamente 306.919 metros cúbicos de etanol, 208.087 toneladas de açúcar, a serem cumpridos até 31 de março de 2027

Compras de insumos

As Companhias combinadas constantemente celebram contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de suas lavouras ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura. Até a data da emissão da demonstração financeira havia R\$ 23.870 compras firmadas de insumos agrícolas, como fertilizante, herbicida, pó calcário, corretivo de solo, adubo, entre outros para a safra 26/27 e negociações com fornecedores em andamento.

Compras de cana-de-açúcar

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga é determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Na safra 26/27, entre contratos assumidos e negociações em andamento a estimativa total de cana a ser adquirida de fornecedores é de 3.682 (mil) toneladas.

34 Eventos subsequentes

Em 29 de maio de 2026, a Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. contratou a operação de Cédula de Produtor Rural (CPR) junto ao Banco Santander, no montante de R\$ 150.000, com carência de 3 anos e vencimento final em 7 anos. A Companhia combinada Usina Uberaba S.A. recebeu liberações adicionais de recursos após 31 de março de 2026 referentes à operação de financiamento contratada junto ao BNDES, totalizando R\$ 44.771 até a data da emissão destas demonstrações financeiras. As operações não alteram as demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2026, sendo suas divulgações efetuadas em razão da relevância das operações.

* * *

Clesio Antonio Balbo
Diretor presidente

Ranulfo Costa
Gerente de controladoria